A renegociação de Paris

É preciso deixar as coisas claras a fim de que o público entenda precisamente o que se passa em relação ao que o ministro do Planejamento, Delfim Netto, negocia esta semana em Paris: ele tenta obter por mais três anos aquilo que, no ano passado, através do Projeto 2, foi obtido em relação a este ano, isto é, a concordância dos banqueiros em adiar as amortizações vincendas no período, benefício que não atinge os juros que constituem, estes sim, o gargalo da crise do balanço de pagamentos. Se se tiver êxito nas negociações com os banqueiros privados e com o Clube de Paris, não ocorrerá qualquer mudança qualitativa da situação vivida este ano.

A grande questão a ser resolvida, no plano do balanço de pagamentos, é a dos juros, que se elevarão em 1984 a 11.2 bilhões de dólares, e não a das amortizações, em torno de 5.1 bilhões, uma vez que o adiamento destas, pagos os juros, está perfeitamente de acordo com a racionalidade dos banqueiros.

No plano interno a questão de substância a ser resolvida é da ruptura dos compromissos que inibem a reativação da economia, porque um país com tão largo desemprego e com tão dramáticas carências não

pode se permitir o crescimento zero do PIB.

Estas duas questões centrais não se acham na mesa de negociação em Paris. Ao contrário, a presente discussão dificulta a mudança, dado que expande horizontalmente o compromisso com a estagnação. O recurso ao Clube de Paris, nas atuais circunstâncias, é especialmente desaconselhável porque transporta ao nível dos Estados obrigações até aqui assumidas apenas com o setor privado internacional. Esta instância deveria ser reservada para algo mais substantivo como, por exemplo, a absorção pelos bancos centrais dos créditos do setor privado, no quadro de uma ampla renegociação que propicie não só um hiato de pagamentos efetivo mas a concordância dos governos com um programa moderado, mas consistente desenvolvimento interno no Brasil. É a isto que se dá o nome de "renegociação política da dívida". Renegociação com pagamentos de juros é uma operação bancária simples, ao alcance da racionalidade de qualquer gerente.

A nação espera que o governo compreenda a inevitabilidade desta estratégia de política econômica que vem sendo tentada há três anos e há três anos só causa frustração.